



Serviço Público Federal
MJSP - Polícia Federal
Superintendência Regional em Santa Catarina
Setor de Administração e Logística Policial

1

CONTRATO DE COMODATO nº 06/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA, E A EMPRESA MADESHOPPING INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, NA FORMA ABAIXO:

A UNIÃO, por intermédio da Superintendência Regional de Polícia Federal em Santa Catarina, com sede à Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4744, Agronômica, nesta Capital, CEP 88025-255, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0039-09, órgão específico de estrutura regimental do Ministério da Justiça e Segurança Pública, designada simplesmente **COMODATÁRIA**, e neste ato representada por seu Superintendente Regional, Delegado de Polícia Federal **RICARDO CUBAS CESAR**, CPF nº 018.801.079-37 e RG nº 5205225-4 -SESP/PR, de acordo com a delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 9.551, de 03/04/2019, do Senhor Diretor-Geral da Polícia Federal, publicada no Boletim de Serviço nº 66, de 05/04/2019, e a empresa **MADESHOPPING INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 03.101.294/0001-36, com sede na Rua Marechal Deodoro, nº. 869, no 19º andar, no Centro, CEP 80.060-010, em Curitiba/PR, neste ato representada por sua procuradora **ITAJAÍ ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 03.043.201/0001-64, com sede na Rua Samuel Heusi, nº. 234, no Centro, em Itajaí/SC, representada por seus sócios **RICARDO TACLA**, CPF 456.857.709-87 e CNH 01840020610 e **ANIBAL TACLA**, CPF 233.143.119-15 e CNH 01840031448 neste ato designada de simplesmente **COMODANTE**, tendo em vista o que consta do Processo nº 08490.001615/2020-42, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, do Decreto nº 2.271, de 07/07/1997 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26/05/2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Comodato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a cessão gratuita e com exclusividade de espaço e infraestrutura, situada à loja S-19A, medindo 324,51 m² de dimensão, no "ITAJAÍ SHOPPING", Rua Samuel Heusi, nº. 234, Centro, em Itajaí/SC; com cessão de mão de obra, para instalação e funcionamento do Posto de Emissão de Passaportes e Atendimento ao Estrangeiro da Polícia Federal, ficando o presente Contrato vinculado às especificações



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

constantes do Projeto e seus anexos, elaborado pela Comodante conforme as especificações e aprovação da Comodatária.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente Comodato é de 60 (sessenta) meses, com início na data da sua publicação em Diário Oficial da União, podendo ser rescindido, com base no art. 581 do CC, por qualquer das partes, mediante prévio aviso de uma à outra, com 90 (noventa) dias de antecedência, após o que, o imóvel deverá ser devolvido imediatamente à COMODANTE, no mesmo estado em que foi recebido, completamente livre e desembaraçado dos pertences da COMODATÁRIA.

2.2. O início das atividades de atendimento ao público se dará após a vistoria e aprovação da Comissão designada pela SR/PF/SC, que deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta dias) corridos, a partir da comunicação do encerramento das obras para instalação do Posto.

2.3. A COMODANTE deverá disponibilizar o local objeto do Contrato à COMODATÁRIA, com todas as adequações necessárias ao pleno funcionamento do Posto, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a partir da vigência do presente Termo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O Contrato é firmado a título gratuito, de modo que não há pagamento ou transferência de recursos financeiros entre as partes.

3.2. São de responsabilidade da COMODANTE as despesas de instalação e manutenção do espaço cedido em comodato conforme especificado na cláusula 4, bem como as despesas mensais de condomínio, ordinárias e extraordinárias da área cedida, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. DAS OBRIGAÇÕES DO COMODANTE

4.1. Fica especificado que toda alteração do local efetuada pela COMODANTE será cientificada com prazo nunca inferior a 60 (sessenta) dias ao COMODATÁRIO.

4.2. A COMODANTE se obriga, durante o período do presente contrato, pelo pagamento das despesas privativas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

4.3. Será também do COMODANTE a responsabilidade pelo pagamento de despesas extraordinárias e urgentes, aquelas excedentes à conservação normal do espaço, aquelas que a COMODATÁRIA não tiver dado causa.

4.4. A COMODANTE deverá comprovar mensalmente à COMODATÁRIA o cumprimento dos encargos legais e pagamentos de tributos e obrigações decorrentes do contrato;

4.5. O COMODANTE disponibilizará a loja objeto do comodato à COMODATÁRIA, em perfeito estado de habitabilidade e utilização, incluindo:

- I. Execução completa do projeto do layout necessário (conforme diretrizes da PF) para adaptação do espaço cedido (e instalação da correspondente infraestrutura civil/elétrica/rede de dados e placa de inauguração);
- II. Limpeza interna diária da área comodatada;
- III. 1 (uma) sala para acomodar o CPD;
- IV. 1 (uma) sala para copa;
- V. Disponibilização de 8 (oito) vagas de estacionamento cobertas para viaturas e veículos descaracterizados para uso durante horário de funcionamento do posto;
- VI. Identificação visual do posto de acordo com as normas do órgão;
- VII. Manutenção da infraestrutura do espaço (instalações civis, instalações elétricas, pontos de rede de dados, ar-condicionado), executada por equipe de manutenção própria do estabelecimento, com periodicidade regular ou quando solicitada pela Comodatária;
- VIII. Conexão de Posto (PEP) à rede de geradores do Shopping Center para o caso de interrupção de fornecimento de energia por parte da concessionária;
- IX. Câmeras e central de sistema de CFTV interno que deverá conter, além das câmeras já eventualmente existentes no estabelecimento, mais 05 (cinco) unidades nas dependências internas da área do posto da PF, devendo os dispositivos de captação de imagens serem integrados ao sistema de gravação. O acesso às imagens das câmeras do posto será exclusivo aos servidores da PF autorizados;
- X. Serviço de vigilância ostensiva do estabelecimento;
- XI. Acesso ao sistema de CFTV com gravação de imagens da área comum externa em frente e nas proximidades da área comodatada e um televisor de 50" para visualização

4.6. Fica desde já autorizado o acesso de empregados e servidores da COMODATÁRIA à área comodatada, fora do horário de funcionamento do Shopping Center, desde que previamente solicitado e devidamente identificados junto à Central de Segurança do COMODANTE.

4.7. A Comodante, além dos itens acima elencados, fica obrigada a:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

- 4.7.1. Manter em perfeito estado de funcionamento e conservação todas as instalações do imóvel, interna e externamente, inclusive a pintura interna;
- 4.7.2. Realizar diariamente a limpeza do espaço físico e dos equipamentos constantes do Posto de Atendimento;
- 4.7.3. Não utilizar brasão, marca, símbolo ou designação idêntica, semelhante ou alusiva à Polícia Federal de forma não prevista e previamente autorizada pela Polícia Federal ou fora dos propósitos previstos neste Contrato;
- 4.7.4. Não vincular ou sugerir qualquer tipo de vinculação de produto ou marca comercial com a imagem da Polícia Federal;
- 4.7.5. Não divulgar de qualquer forma a imagem da Polícia Federal, exceto quando prévia e expressamente autorizado pelo órgão, através de correspondência eletrônica dirigida ao e-mail cs.srsc@dpf.gov.br. Fica facultado à Comodante a instalação de tapume e publicação nas redes sociais de divulgação de abertura do PEP, mediante prévia validação da Comodatária ao material gráfico a ser exposto;
- 4.7.6. Não executar qualquer atividade que seja de atribuição da Polícia Federal;

5. DAS OBRIGAÇÕES DA COMODATÁRIA

5.1. Será de exclusiva responsabilidade e as expensas da COMODATÁRIA, a montagem e desmontagem de seus equipamentos, bem como a sua segurança e além de todas as disposições legais inerentes à atividade desenvolvida.

5.2. É responsabilidade da COMODATÁRIA:

5.2.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão, especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

5.2.2. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas as condições ajustadas;

5.2.3. Executar com exclusividade todas as atividades de Polícia Administrativa que serão realizadas no posto;

5.2.4. Notificar a Comodante, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela proposta sejam as mais adequadas;

5.2.5. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

5.2.6. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após o seu recebimento, nos termos do Anexo C;

5.2.7. Receber, no início da execução do contrato, os equipamentos fornecidos em comodato pela Comodante, conferindo seu estado de conservação e funcionamento, com base, mas não apenas, nos critérios previstos no anexo B, que se vincula a este Contrato;

5.2.8. Não praticar atos de ingerência na administração da Comodante, tais como:

5.2.8.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Comodante, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

5.2.8.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas pela Comodante;

5.2.8.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização deles em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

5.3. É de inteira responsabilidade do COMODATÁRIO e de seus funcionários qualquer tipo de dano causado pelos mesmos ao COMODANTE, a terceiros e ao próprio patrimônio da COMODATÁRIA.

5.4. Caberá ainda à COMODATÁRIA:

I – O fornecimento, manutenção e gerenciamento dos equipamentos de informática a serem utilizados no local, a exemplo, mas não limitado: de computadores, impressoras multifuncionais e demais periféricos utilizados no Núcleo de Passaportes para a confecção e entrega dos documentos, com exceção daqueles relacionais no item 4.5, subitens II, X e XII);

II – Fornecimento do sistema de telefonia a ser utilizado no local;

5.5. A COMODATÁRIA, desde já, renuncia expressamente aos direitos de retenção e indenização pelas benfeitorias úteis e voluptuárias introduzidas no imóvel. As benfeitorias voluntárias também não serão indenizáveis, nem gerarão o direito de retenção, mas poderão ser retiradas, desde que esse fato não ocasione danos ao imóvel.

6. DO APOIO OPERACIONAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

6.1. A COMODANTE prestará apoio operacional por meio de 5 (cinco) colaboradores com jornada de 8 (oito) horas/dia (função/CBO: "recepcionista"), pertencentes ao seu quadro de funcionários ou empresa contratada, para realização de atendimento, recepção do público usuário do empreendimento comercial, orientação ao uso dos equipamentos de propriedade da COMODANTE e disponibilizados à COMODATÁRIA, conforme item II, da Cláusula 4.5, bem assim, para a execução de atividades auxiliares e instrumentais ao processo de emissão de passaporte e atendimento ao estrangeiro.

6.2. É de responsabilidade da COMODANTE a contratação, o controle, identificação, habilitação e qualificação dos colaboradores direcionados à prestação do apoio operacional previstos no item 6.1., observando as especificações descritas no anexo A.

6.2.2. Os funcionários elencados na cláusula 6.1 receberão treinamento específico pela PF para que possam prestar os serviços adequadamente.

6.3. Também é de responsabilidade da COMODANTE:

6.3.1. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

6.3.2. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

6.3.3. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Comodatário, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

6.3.4. Disponibilizar à Comodatária os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

6.3.5. Substituir, no prazo de (2 horas), em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da Comodatária;

6.3.6. Por questões de segurança, as contratações e eventuais substituições de colaboradores do apoio operacional deverão ser comunicadas previamente ao Representante da Polícia Federal designado para fiscalizar o Contrato de Comodato pra fins de pesquisa de antecedentes e posterior autorização para sua contratação.

6.3.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Comodatária. De qualquer modo, a Comodante deverá indenizar a despesa da Comodatária oriunda de eventual condenação em juízo como devedora solidária ou subsidiária relacionada com direitos trabalhistas e previdenciários, antecipando e pagando, dentro de 5 (cinco) dias a partir da ciência que lhe der a Comodatária da liquidação da sentença, o valor exato liquidado (calculado), seja por depósito vinculado à ação judicial seja por depósito bancário remunerado em favor da União, que será levantado para o pagamento da despesa e cumprimento da decisão judicial;

6.3.8. Atender às solicitações da Comodatária quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado



Serviço Público Federal
MJSP - Polícia Federal
Superintendência Regional em Santa Catarina
Setor de Administração e Logística Policial

7

descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Projeto;

6.3.9. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Comodante relatar à Comodatária toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

6.3.10. Acompanhar a execução do Contrato, notificando a Comodatária no caso de eventual descumprimento de cláusula contratual, irregularidade ou fato relevante para o desenvolvimento das atividades;

6.3.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.3.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.3.13. Nomear um Gestor/Fiscal para acompanhar, fiscalizar e atuar como ponto focal nas questões referentes à execução do contrato;

6.3.14. Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados pela Comodatária;

6.4. A Comodante deverá comprovar, mensalmente, por meio de relatório circunstanciado, ou sempre que solicitado por servidor indicado pela comodatária, o fiel e total cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais previstas na legislação específica, inerentes aos colaboradores que atuam, de forma exclusiva ou preponderante, nas atividades relacionadas no item 6.1 do presente comodato.

7. DA FISCALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO:

7.1. As instalações objeto do presente Comodato deverão apresentar sempre as condições operacionais e de conservação/manutenção e apresentação do ambiente de atendimento de acordo com os critérios de avaliação periódica;

7.2. O acompanhamento e a fiscalização dos serviços serão exercidos por fiscal/representante designado pelo Chefe da Delegacia de Polícia Federal em Itajaí/SC, a quem competirá controlar a avaliação de execução;

7.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Comodante, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultante de imperfeições técnicas, e, na ocorrência desde, não implica em corresponsabilidade de seus agentes e prepostos;

7.4. O exercício da fiscalização não desonera a Comodante de quaisquer das suas obrigações e responsabilidades face ao objeto do serviço, a legislação e aos regulamentos vigentes;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

7.5. Não obstante a Comodante seja a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, a Comodatária se reserva o direito de, sem que restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, podendo para isso:

7.5.1. Observar o fiel adimplemento das disposições decorrentes do objeto do serviço;

7.5.2. Assegurar o direito de ordenar a suspensão da execução dos serviços contratados, sem prejuízo das penalidades sujeitas a Comodante, garantido o contraditório e ampla defesa;

7.5.3. Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a serviço da contratada, para comprovar o registro da função profissional;

7.5.4. Rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados se em desacordo com as exigências;

7.6. Quaisquer exigências da fiscalização relativas ao fiel cumprimento do objeto do presente Comodato ou referentes às obrigações da Comodante, deverão ser atendidas pela Comodante em prazo razoável e aceitável, sem ônus para a Comodatária;

7.7. Toda e qualquer irregularidade, no que tange ao ambiente físico e aos serviços cedidos, notificada pela fiscalização do contrato à Comodante, terá prazo máximo de 5 dias corridos ou prazo razoável desde que justificado e acordado pelas partes, a contar do recebimento da comunicação, para sua regularização, resultando o seu descumprimento em penalidades contratuais;

7.8. Qualquer empregado da contratada que, a critério da fiscalização, tiver comportamento incompatível, indecoroso ou for considerado indesejável na execução dos serviços, deverá ser imediatamente substituído.

8. DO FUNCIONAMENTO DO POSTO

8.1. O horário de funcionamento do Posto de Passaporte será das 9h às 18h, aberto para atendimento ao público das 10:15h às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, inclusive municipais.

8.1.1. A Comodante deverá franquear o acesso dos servidores e funcionários ao PEP diariamente, no período de 09h até 22h (horário de encerramento das atividades do *shopping*).

9. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DA RESCISÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

9.1. Fica facultado às partes, independentemente da justificativa para tal, o direito de distratar o presente Comodato a qualquer tempo, mediante notificação formulada com 90 (noventa) dias de antecedência, sem que tal distrato implique quaisquer ônus ou qualquer direito a indenização às partes.

9.2. Quando do término, resilição ou distrato deste contrato, a área objeto do Comodato deverá ser entregue em perfeitas condições de limpeza e conservação, obrigando-se a COMODATÁRIA a restituí-la no mesmo estado que a recebeu, arcando com os eventuais reparos dos danos a que der causa.

9.3. Aplicam-se no que couber, aos casos previstos da rescisão, o art. 78 e art. 55, ambos da Lei nº 8.666/93.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93, a Contratada que deixar de executar, total ou parcialmente, qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação, ensejar o retardamento da execução do objeto, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou não manter a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo significativos para a Contratante;

10.2.2. Multa moratória no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por dia de atraso injustificado na entrega das instalações aptas ao pleno funcionamento do Posto de Atendimento, de acordo com os prazos fixados no Projeto Básico, até o limite de 60 dias.

10.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

10.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11. DOS CASOS OMISSOS

11.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pela COMODATÁRIA, segundo as disposições contidas no Código Civil vigente, na Lei nº 4.591/64, na Lei nº 8.666/93, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

12. DO FORO

12.1. As partes elegem o Foro da Justiça Federal em Florianópolis/SC, para dirimir as questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.2. O presente contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as contratantes e seus sucessores a qualquer título, ao seu fiel cumprimento.

f
SD



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

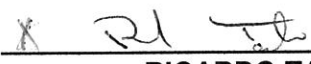
Por estarem assim certos e ajustados, firmam, COMODANTE e COMODATÁRIA o presente Contrato, rubricando todas as suas folhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com testemunhas abaixo arroladas.

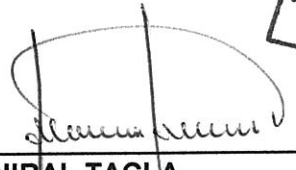
Florianópolis, 23 de junho de 2020.




RICARDO CUBAS CESAR
COMODATÁRIA




RICARDO TACLA
COMODANTE


ANIBAL TACLA
COMODANTE

Testemunhas:

1. _____
Nome:
CPF.:

2. _____
Nome:
CPF.:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

2º TABELIONATO DE NOTAS DE CURITIBA
Rua Marechal Deodoro, 847 - CEP 80060-010 - Centro - Curitiba-PR
Fone: (41) 3222-6977 E-mail: 2tabelionatocuritiba@gmail.com

Bel. Ricardo Luis de Melo Souza
Tabelião Designado
Bel. Adriana Joaquim Fadel
Substituta

Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de:

[CVDL6Wz2] - RICARDO TACLA
[CVDL6Wq3] - ANIBAL TACLA

Em testemunho da verdade.

Curitiba, 10 de julho de 2020

VIVIANE CARLA DA SILVA - ESCRIVENTE
SELO DIGITAL: 4oVvQ . x?CVv . skUxM - 7Azy . rbVuC
Consulte esse selo em "<http://funarpen.com.br>"





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

ANEXO A

Requisitos do Pessoal a ser fornecido ao Posto de Emissão de Passaporte e Atendimento ao Estrangeiro para desempenho de atividades instrumentais e auxiliares na orientação e atendimento ao público

1. O pessoal fornecido deverá utilizar identificação por meio de crachá e uniforme, no mesmo padrão já estabelecido para os demais funcionários do **SHOPPING ITAJAÍ** que exercem atividades de orientação e atendimento ao público;
2. O uniforme fornecido não deverá conter a identificação da Polícia Federal nem fará alusão ou menção ao *shopping*. Os funcionários serão identificados por meio de crachá contendo identificação do *shopping*, de modo a deixar evidente ao público usuário que não se trata de servidor/funcionário da Polícia Federal;
3. O uniforme não poderá apresentar alusão ou logomarca de produtos ou prestadores de serviços e nem propagandas de patrocinadores ou fornecedores;
4. O trabalhador colocado à disposição do Posto deverá ser informado sobre a total ausência de subordinação a qualquer servidor da Polícia Federal;
5. A mão de obra disponibilizada deve estar apta para:
 - a) Recepcionar e prestar atendimento e apoio a todos os cidadãos requerentes de passaporte e estrangeiros;
 - b) Prestar orientações telefônicas aos cidadãos, anotar e transmitir recados;
 - c) Agendar e orientar os cidadãos requerentes de passaporte e estrangeiros;
 - d) Observar normas internas de segurança;
 - e) Conferir documentos, agendamentos e coletar e conferir dados de requerentes ou estrangeiros;
 - f) Triar, distribuir, organizar e arquivar documentos e passaportes para efetivação da entrega;
 - g) Comunicar imediatamente a segurança sobre presença de pessoas estranhas à rotina de atendimento;
 - h) Verificar prazos estabelecidos e realizar pesquisa cadastral;
 - i) Organizar informações e planejar o trabalho do cotidiano;
 - j) Agir com presteza e cortesia no atendimento e expressar-se com desenvoltura, clareza e objetividade;
 - k) Usar de habilidade para interagir com as pessoas de forma empática;
 - l) Manter controle, arquivo, recebimento, registro e distribuição de documentos;
 - m) Levantar a necessidade, requisitar e conferir materiais;
 - n) Auxiliar nos serviços de secretaria, organização, recebimento e registros de expedientes;
 - o) Registrar a entrada de malotes de passaportes;
 - p) Digitar textos, planilhas e preencher formulários;
 - q) Encaminhar protocolos internos;
 - r) Coletar dados biométricos, e
 - s) Outras tarefas de natureza e grau de complexidade atinentes à função de atendente a requerente de passaporte.
6. Com relação à conduta, o trabalhador colocado à disposição do Posto deverá:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

- a) Manter tratamento cordial com os seus pares, servidores, visitantes, requerentes e demais pessoas, tratando-os com educação, urbanidade, presteza, atenção e orientando aqueles sob sua responsabilidade para que tenham essa mesma conduta;
- b) Apresentar-se durante todo o expediente e dentro das dependências do Posto devidamente uniformizado e portando o crachá de identificação em local visível;
- c) Exercer com zelo, dedicação, assiduidade e pontualidade, as atividades que lhes competem;
- d) Preservar a conduta necessária a boa execução do serviço, de modo a evitar comportamentos inapropriados;
- e) Desempenhar outras atividades pertinentes, desde que de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM;
- f) Abster-se da execução de atividades alheias aos objetivos previstos neste Anexo;
- g) Manter conduta compatível com a moralidade administrativa, levando ao conhecimento do Encarregado eventual irregularidade;
- h) Cumprir e zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares;
- i) Atender prontamente às solicitações, e
- j) Não se ausentar do serviço durante o expediente sem prévia autorização do Encarregado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

ANEXO B
VISTORIA APÓS A CONCLUSÃO DAS INSTALAÇÕES

Após a conclusão das obras e serviços necessários à instalação do Posto de Atendimento, será procedida vistoria por comissão nomeada pela Polícia Federal/SC para avaliar a adequação das instalações para funcionamento do Posto, de acordo com os seguintes critérios:

ITEM	NOVO	BOM	RUIM	DANOS	OBSERVAÇÕES
1. Pintura					
2. Instalação hidráulica					
3. Instalação elétrica					
4. Alvenaria					
5. Portas					
6. Equipamentos de informática					
7. Mobiliários					
8. Balcões					
9. Equipamentos de Gestão de filas					
10. CFTV					
11. Linha telefônica					
12. Vagas no estacionamento					



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

ANEXO C

Periodicamente será realizada avaliação técnica por parte da Polícia Federal sobre o local e a prestação dos serviços oferecidos pelo *shopping*.

1. A qualidade técnica será avaliada por meio de supervisões e controles realizados pelo menos uma vez ao mês por equipe designada pelo fiscal do contrato.
2. Para fins de pontuação, as irregularidades serão classificadas em leve, média, grave e gravíssima.
3. A nota geral da Avaliação Técnica (NAT) será obtida da seguinte forma:

$$\text{NAT} = 100 - \sum \text{pd}$$

Onde:

$\sum \text{pd}$ = somatório dos pontos descontados relativos às irregularidades verificadas nas supervisões e controles, conforme tabela abaixo. Cada Não-conforme (NC) marcado representa 1,89 ponto descontado.

4. Não haverá limites de supervisões a serem realizadas.
5. Será entregue à contratada uma cópia do *check list* preenchido e assinado pelo avaliador.
6. Pelo menos 80% dos itens do *check list* devem estar em conformidade.
7. Os itens podem ser adequados a qualquer momento, de acordo com a legislação vigente.

CHECK LIST

ITENS AVALIADOS	C	NC
Estado de conservação do local		
Conservação de equipamentos e utensílios		
Manutenção e limpeza		
*Documentação		
Pagamento de pessoal		
Recolhimento de encargos sociais		
Impostos		
Utilização das instalações		
Zelo pelos móveis e equipamentos entregues para uso		
Recursos Humanos		
Encaminhamento da relação nominal mensal dos empregados alocados aos serviços		
Funcionário com uniforme e crachá na área de atendimento		
Presteza e cortesia no atendimento		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

Linha telefônica		
Link de acesso aos Sistemas		

C: Itens em conformidade

NC: Itens em não conformidade

*Para qualquer não conformidade relacionada ao item em referência, o fiscal do contrato deverá proceder à comunicação formal conforme disposto na cláusula 5.2.4 do Contrato.

RESULTADOS

Itens em conformidade:

Itens em não conformidade:

() Satisfatório

() Não satisfatório

Florianópolis, 10 de JULHO de 2020.

Assinatura e Carimbo do Avaliador da PF/SC
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional

Assinatura e Carimbo da Comodante



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Bel. Ricardo Luis de Melo Souza

Tabelião Designado

Bel. Adriana Joaquim Fadel

Substituta

2º TABELIONATO DE NOTAS DE CURITIBA

Rua Marechal Deodoro, 847 - CEP 80060-010 - Centro - Curitiba-PR
Fone: (41) 3222-6977 E-mail: 2tabelionatocuritiba@gmail.comReconheço por **SEMELHANÇA** as firmas de:

[CVDL6Wz3] - RICARDO TACLA

[CVDL6Wq4] - ANIBAL TACLA

Em testemunho da verdade

Curitiba, 10 de julho de 2020

VIVIANE CARLA DA SILVA - ESCRIVENTE

SELO DIGITAL: 60VYQ . xPCXv . doJxM - 7Adxy . 6Z7XJ

Consulte esse selo em "<http://funarpen.com.br>"



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

ANEXO D

Itens de responsabilidade do Comodante para as obras de instalação do Posto de Emissão de Passaporte e Atendimento ao Estrangeiro:

1. Projeto de arquitetura executivo;
2. Apresentar projeto *as built*;
3. Execução de toda a obra civil, compreendendo a execução (mão de obra e material) de cerâmico 62x62 Mate Bold Porto Belo "A", paredes em Dry Wall, pintura de forro e paredes, forro de gesso, instalação elétrica, dados e telefonia, CFTV, instalação de luminárias, fachada completa em vidro e ACM com comunicação visual, instalação de esquadrias e rodapés, execução de sistema de ar condicionado, instalação hidráulica.
4. Fornecimento e instalação de Monitor Display para "senhas" na área de circulação em frente ao Posto (espera de atendimento) e Monitor Interno (TV);
5. Manutenção de equipamentos de copa já existentes no local.

f.
D

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO Nº 8/2020

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 08455003378202081. , publicada no D.O.U de 17/02/2020 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação mediante Registro de Preços de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento de frotilha de embarcações para a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro (SR/PF/RJ) e unidade(s) participante(s), através de disponibilização de sistema informatizado de controle e de rede credenciada para a prestação de serviços e fornecimento de peças e acessórios. Novo Edital: 28/07/2020 das 10h00 às 12h00 e de14h00 às 16h00. Endereço: Av.rodriques Alves, 01 - 3.andar RIO DE JANEIRO - RJEntrega das Propostas: a partir de 28/07/2020 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 20/08/2020, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

DANIELLE TRINDADE DE SOUZA
Pregoeira

(SIDECE - 27/07/2020) 200356-00001-2020NE800054

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 6/2020 - UASG 200378

Nº Processo: 08475002508202020.
DISPENSA Nº 4/2020. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA-PUBLICA. CNPJ Contratado: 05780275000109. Contratado : COMERCIAL RUBIO LTDA -.Objeto: Aquisição de quinhentos galões de água mineral não gasosa e potável(20 litros)para atender à Delegacia Regional de Pimenta Bueno/RO. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 . Vigência: 22/06/2020 a 22/06/2021. Valor Total: R\$3.750,00. Fonte: 100000000 - 2020NE800294. Data de Assinatura: 22/06/2020.

(SICON - 27/07/2020) 200378-00001-2020NE800001

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 3/2020

A Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 03/2020 cujo objeto é a contratação de SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA armada e uniformizada, mediante postos 12x36 diurnos e noturnos, para atender as Unidades de Polícia Federal em Rondônia localizadas nos municípios de Porto Velho, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Vilhena e Pimenta Bueno, por 20 meses, em que foi declarada vencedora do Grupo 1 a empresa FBX - SERVICOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ 12.159.225/0001-74, com valor GLOBAL/TOTAL (20 meses) ADJUDICADO e HOMOLOGADO de R\$ 2.126.906,40, correspondente a R\$ 368.010,40 para o item 1, R\$ 407.948,00 do item 2, R\$ 182.802,80 do item 3, R\$ 202.771,20 do item 4, R\$ 362.075,20 para o item 5 e R\$ 603.298,80 referente ao item 6.

LAIRA GIACOMETT DE CARVALHO
Pregoeira

(SIDECE - 27/07/2020) 200378-00001-2020NE800001

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

EXTRATO DE COMODATO

Nº Processo nº 08490.001615/2020-42. Termo nº 06/2020. Comodatária: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM SANTA CATARINA, CNPJ 00.394.494/0039-09, e Comodante: MADESHOPPING INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ 03.101.294/0001-36, representada por sua Procuradora: ITAJAÍ ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS LTDA, CNPJ 03.043.201/0001-64. Objeto: Cessão gratuita e com exclusividade de espaço e infraestrutura, localizado no ITAJAÍ SHOPPING, em Itajaí/SC, incluindo cessão de mão de obra, para instalação e funcionamento do Posto de Emissão de Passaportes e Atendimento ao Estrangeiro usuário da Polícia Federal. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 60 meses, contados a partir da data da publicação. Data da assinatura: 23.06.2020.

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

EXTRATO DE TERMO DE TRANSFERENCIA

Processo 08650.007715/2020-01; TERMO DE TRANSFERENCIA DE BENS, em carater permanente e irratratavel entre o Departamento de Policia Rodoviaria Federal, CNPJ n 00.394.494/0104-41 e o Departamento de Policia Federal, CNPJ n 00.394.494/0014-50; Objeto: 10 (dez) unidades de Pistolas Taurus, modelo PT100, conforme Anexo I, classificadas como antieconomica pela Comissao de Avaliacao e Classificacao; e 20 (vinte) unidades de carregadores para pistolas PT100, conforme Anexo II do Termo. Data da Assinatura: 17/07/2020.

SERVIÇO DE OPERAÇÕES

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 12/2020/LEILÃO-MS

PARA REGULARIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS VEÍCULOS REMOVIDOS, APREENDIDOS E/OU RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO NAS RODOVIAS FEDERAIS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LEILÃO DE VEÍCULOS DE TERCEIROS APREENDIDOS OU REMOVIDOS DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições dispostas no inciso VII do artigo 2º da Portaria nº 39/2020-SPRF/MS, e em conformidade com o disposto no artigo 5º da Resolução 623/2016 CONTRAN, NOTIFICA os proprietários e possuidores de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação nas rodovias federais do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como os Agentes Financeiros/Bancos e pessoas detentoras de Reserva de Domínio, adiante discriminados, os quais, deverão comparecer nos pátios de recolhimentos de veículos contratados, ou nas Delegacias da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, para que no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação deste Edital, promovam a devida regularização e, se necessária, ação judicial para retirada dos veículos relacionados no anexo, e disponível no endereço eletrônico "<https://portal.prf.gov.br/acesso-a-informacao/leiloes/matoGrossoSul/>", sob pena de assim não o fazendo o bem ir a leilão, tudo conforme legislação em vigor. Aos veículos que se enquadram na situações dos §§ 3º, 4º, 5º e 6º do artigo 4º da Resolução 623/2016 CONTRAN combinado com § 6º do artigo 271 da Lei nº 9.503/97, quando ausentes o proprietário e condutor, esses deverão comparecer nos pátios de recolhimentos de veículos de terceiros, nas Delegacias da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, para que no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação deste Edital, promovam a regularização administrativa dos mesmos, sob pena de assim não o fazendo o bem também ir a leilão. Informações através do endereço eletrônico: leilao.ms@prf.gov.br

ANDERSON AKIHIRO NISHIZAKI AKAMINE

ANEXO

Placa	UF	Renavam	Marca/Modelo	Chassi	Ano Fab	Pátio Nome	Pátio Município	CPF/CNPJ Proprietário/Detentor	Proprietário/Detentor	CPF/CNPJ Credor Financeiro	Credor Financeiro
1º emplac			PHOENIX/GOLD	LXYXCBL07C0213253	2011	Dwal	Campo Grande				
1º emplac			HONDA/CG 160	9C2K2200LR005659	2019	Marcos Pereira Nunes-ME - Nova Alvorada	Nova Alvorada do Sul				
1º emplac			SHINERAY/PHOENIX	LXYXCBL03C0568954	2000	Dwal	Campo Grande				
1º emplac			TRAXX/JL50Q-9	9518XKBF4GB002709	2016	Autotran Navirai	Navirai				
643PAA			KENTON/GL150	AACBBJ2DA001643	2000	Autotran Navirai	Navirai				
687BLC			KENTON/VIVA110	9PAABBB11DA000715	2008	Autotran Eldorado	Eldorado				
AAM6859	MS	00522548512	HONDA/CG 125	9C2IC1801JR144745	1988	Dwal	Campo Grande	001.835.741-50	VALDINEI PENAJO LEITE		
ACQ3895	MS	00517504979	FORD/CORCEL II	LB4JXS39510	1979	Brasil Guinchos	Paranaíba	027.678.551-77	RICARDO ONORIO DA SILVA		
ADL3536	SP	00607734760	VW/SAVEIRO CL	9BWZZZ30ZPP202713	1993	Dwal	Campo Grande	043.260.148-14	MAURO ANTONIO DA SILVA		
AEI7294	MS	00616938780	VW/SANTANA GL 2000 I	9BWZZZ32ZPP068075	1993	Autotran Eldorado	Eldorado	733.288.201-91	SEVERINO SILVA DE MELO		